



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Conselheiro Jacoby Fernandes

e-DOC 7167C8B5

TCDF
Fls.: 220
Proc. 13/1989
Rubrica: JFernandes

Processo n.º (a): 13/1989

Origem: Secretaria de Estado de Educação - SE

Natureza: Aposentadoria

Interessada: **Maria Aparecida de Paula Lima**

Sumário: Aposentadoria voluntária com proventos integrais. Professor. 4ª ICE e MP propõem ilegalidade pelo fato de a interessada contar com apenas 8822 dias, ou seja, 24 anos, 2 meses e 2 dias, aproveitáveis para fins de aposentadoria especial, não podendo ser considerado como de efetivo magistério o exercício no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais no período de 01/09/75 a 28/10/87. Processo n.º 497/02. Decisão n.º 1675/2003. Inaplicabilidade do artigo 54 da Lei Federal n.º 9.784/99.

Princípios da Eficiência e da Segurança Jurídica. Decadência do direito de rever o ato *ex vi* do disposto no *caput* e § 1º do art. 54 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Manutenção do ato nos moldes deferidos pela Administração. Precedentes do Poder Judiciário e desta Corte. Teoria do Fato Consumado. Legalidade. Registro.

Data do ato: 22/01/88, retificado em 09/06/89.

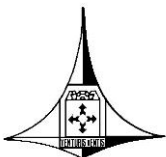
RELATÓRIO

Versam os autos sobre a aposentadoria voluntária, com proventos integrais, de Maria Aparecida de Paula Lima, matrícula nº 03.110-0, no cargo de Professor de Ensino de 1º e 2º graus, Código M-1001, nível 03, nos termos dos artigos 101, item III, e 165, item XX, da CRFB, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 30.06.81, com as vantagens do art. 2º, §§ 1º e 3º, da Lei nº 6.732/79.

1 - Manifestação do Órgão Instrutório

Assevera que, embora o ato de concessão tenha sido publicado há mais de 5 anos, o Tribunal¹, ao interpretar os artigos 70, 71 e 75 da Constituição Federal e os artigos 77 e 78 da LODF, nos termos do voto do relator, considerou inaplicável o artigo 54 da Lei Federal n.º 9784/99, recepcionada no Distrito Federal pela Lei de n.º 2834/01, quando obstar o exercício do controle externo a cargo desta Casa.

¹ Cf. Decisão nº 1675/2003 do Processo n.º 497/02.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Conselheiro Jacoby Fernandes**

e-DOC 7167C8B5

TCDF
Fls.: 221
Proc. 13/1989
Rubrica: JFernandes

Integram os autos os documentos essenciais, conforme atestado pela Inspetoria à fl. 211.

Os documentos de fls. 142, 149/152 e 175/208 atendem ao determinado à fl. 139.

O corpo técnico assevera que a servidora conta com apenas 8822 dias, ou seja, 24 anos, 2 meses e 2 dias, aproveitáveis para fins de aposentadoria especial, haja vista o tempo de serviço no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, no período de 01/09/75 a 28/10/87, não poder servir como de efetivo magistério. Sobre esse assunto tece as seguintes considerações:

5. De acordo com a declaração de fl. 119, a interessada esteve em efetivo exercício de magistério apenas nos períodos de 01.06.1963 a 18.02.1979, de 21.03. 1980 a 15.02.1983, de 24.09.1985 a 30.12.1985 e de 03.11.1986 a 15.02.1988.

6. Ademais, consta nos autos que a servidora fez opção pela TEP/FE na forma do Decreto nº 2881/75 a partir de 01.09.75, passando a ocupar o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais (fl. 38). Retornou ao cargo de professor em 28.10.1987, conforme Processo nº 010976/1987 (fl. 38).

7. Dessa sorte, a servidora não faz jus a aposentadoria especial de magistério, porquanto no período de 01.09.75 a 28.10.87 deixou de exercer o cargo de Professor, optando pelo de Técnico em Assuntos Educacionais, como também pelo fato de o tempo de efetivo magistério no órgão (fl. 119), acrescido do tempo averbado (fl. 123v) e com a contagem em dobro da Lei nº 22/1989 (fl. 123), resultar num total de 8822 dias, ou seja, 24 anos, 2 meses e 2 dias, para fins da inativação especial, o que está em desacordo com o disposto na legislação de regência (CRFB de 1967, com a redação dada pela EC nº 18/81), *in verbis*:

"Art. 2º. O art. 165 da Constituição Federal é acrescido do seguinte dispositivo, passando o atual item XX a vigorar como XXI:

XX - a aposentadoria para o professor após 30 anos e, para a professora, após 25 anos de efetivo exercício em funções de magistério, com salário integral."
(grifou-se).

8. A aposentadoria especial do magistério é objeto do Enunciado nº 54 das Súmulas da Jurisprudência do TCDF, que estabelece, *in verbis*:

"Para efeito da concessão da aposentadoria especial de magistério, modalidade restrita ao ocupante de cargo de professor, consideram-se como tempo de efetivo exercício de magistério as atividades de regência de classe, as desenvolvidas no Departamento de Pedagogia e as referentes aos cargos de Secretário de Educação, de Diretor-Executivo e de outros ligados, direta e preponderantemente, ao ensino oficial, até 29.04.1997, contando-se, a partir dessa data, exclusivamente o tempo de serviço em sala de aula."



**Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Conselheiro Jacoby Fernandes**

e-DOC 7167C8B5

TCDF
Fls.: 222
Proc. 13/1989
Rubrica: *JFernandes*

(grifou-se)

9. Sem embargo de ser tema sumulado, a matéria ainda suscita divergências no exame dos diversos casos concretos postos à apreciação do Tribunal.

10. Em julgados mais recentes tem-se dado interpretação menos restritiva quanto as atividades que podem ser consideradas como de efetivo magistério. Aceitou-se, para esse fim, o tempo exercido no cargo de Especialista de Educação (Decisão nº 3431/2002) e o prestado como readaptados ou em cargos comissionados exercidos após 29.04.1997 (Processos nºs 747/1999, 505/1999, 506/1999, 795/1999, 1026/1999 e 1213/1999; Decisões nºs 2289/2003, 2911/2003, 2912/2003, 2913/2003, 2914/2003 e 2915/2003). Nos autos de nº 1334/1998, o Tribunal deu provimento a Pedido de Reexame para considerar que as atividades de combate ao analfabetismo, desenvolvidas junto ao antigo Mobral, poderiam ser consideradas como de magistério para fins da inativação especial (Decisão nº 5809/2003).

11. No entanto, impende ressaltar que o Tribunal não reviu o seu entendimento sobre a matéria e nem alterou o teor do Enunciado nº 54, o qual continua sendo aplicado. A título de exemplo, as Decisões nºs 4814/2003, 3688/2003, 3599/2003, 3311/2003, 3003/2003, 2848/2003, 2831/2003 e 2476/2003, prolatadas nos Processos nºs 1881/1999, 2954/1999, 1181/1999, 427/1999, 4418/1998, 1278/1999, 263/1999 e 1182/1999.

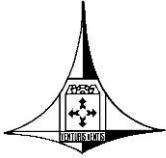
12. Ressalte-se que não foi juntado aos autos decisão judicial amparando a situação da servidora. A existência de precedentes judiciais favoráveis à interessada (fls. 175/207) não é suficiente para alterar o entendimento sobre a matéria, haja vista que a decisão judicial exarada no exame de um caso concreto não vincula os demais dado que o efeito vinculante não é regra no sistema jurisdicional pátrio.

Por derradeiro, sugere a ilegalidade da presente aposentadoria, acrescida da sugestão à Secretaria de Educação, à fl. 213.

2 - Manifestação do Ministério Público

Chamado a manifestar nos autos, o douto Procurador Demóstenes Albuquerque opina no mesmo sentido, com as seguintes ponderações:

11. Conforme posicionamento que ganhou corpo no âmbito do Ministério Público que atua junto a esta Corte, comungo com o entendimento no sentido de que o contido no artigo 165, item XX, da CRFB/67, com a redação dada pela EC nº 18/81, mantido na alínea "b" do inciso III do artigo 40 da CF88 (redação original), pelo seu caráter excepcional, reclama interpretação restritiva. Assim, as atividades específicas de magistério devem ser entendidas como aquelas desempenhadas em regência de classe, nos moldes da posição firmada pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em diversos feitos, como no Recurso Extraordinário nº 182.015-2, no qual o ilustre Ministro Relator CARLOS VELLOSO assim se pronunciou:



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Conselheiro Jacoby Fernandes

e-DOC 7167C8B5

TCDF

Fls.: 223

Proc. 13/1989

Rubrica: *JFernandes*

"No voto que proferi no julgamento da ADIn 122/SC, acima indicada, acentuei que a aposentadoria especial do professor é, na verdade, para o professor no efetivo exercício do magistério, vale dizer, o professor localizado na sala de aula, atividade realmente desgastante: o professor deve preparar as suas aulas, tem turmas de muitos alunos, tem que cuidar da disciplina em sala, os estudantes são adolescentes, devem corrigir centenas de provas, num trabalho intenso e, repito, desgastante. Atividades outras, posto que ligadas ao magistério, mas administrativas, não justificam a concessão da aposentadoria especial."

12. Essa exegese foi ratificada, mais recentemente, pelo Pretório Excelso, na apreciação da ADI n.º 2253-ES, refletindo o entendimento majoritário do Supremo Tribunal Federal naquela assentada, ao excluir da dicção da locução "função de magistério", para a concessão de aposentadoria especial de magistério, as funções de diretor e coordenador escolar, referindo-se exclusivamente à atividade de professor, em sala de aula, sendo corroborada no julgamento do AGRRE nº 276040.

13. **In casu**, impende abeberar-se nos ensinamentos extraídos do excerto da ementa da referenciada Ação Direta de Inconstitucionalidade:

"3. Por "funções de magistério" entende-se o desempenho da atividade-fim do ensino, que é a tarefa de ministrar aula, não abrangendo atividade-meio relacionada com a pedagogia. A concessão da aposentadoria especial não pode ser estendida a que ocupa cargo administrativo, exercendo funções de diretor ou coordenador escolar, ainda que privativas de professor. Precedentes."

14. No âmbito do Tribunal de Contas da União, o entendimento acerca da matéria encontra-se consentâneo com o ora perfilhado. Nesse sentido, trazemos à colação excerto do posicionamento esposado na Decisão 169/1998, Primeira Câmara, a respeito do tema, **in verbis**:

"determinar à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC que:
(...)

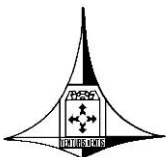
1.9. se abstenha de conceder aposentadoria especial a servidores com tempo de serviço estranho à atividade de professor, levando-se em consideração que profissionais técnicos de ensino como Orientadores Educacionais e Administradores, entre outros, não estão abrangidos pelo art. 40, inciso III, alínea "b", da CF e art. 186, III, "b", da Lei nº 8112/90. Conforme Decisão do E. STF nas ADIn nº 122-SC e nº 152-MG"

15. Portanto, o tempo de serviço prestado pela servidora, exercido no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, deve ser desconsiderado como de efetivo magistério, o que inviabiliza a presente concessão de aposentadoria, não descuidando do disposto no Enunciado nº 54 das Súmulas de Jurisprudência desta Corte, **in litteris**:

[...]

Ao final, acolhe a medida alvitrada pela instrução.

É o Relatório.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Conselheiro Jacoby Fernandes**

TCDF
Fls.: 224
Proc. 13/1989
Rubrica: *JFernandes*

VOTO

O ato de 22/01/88, retificado em 09/06/89, foi publicado há mais de cinco anos; logo, imprescindível considerações acerca do instituto da decadência e do Princípio da Segurança Jurídica.

É que entendo que a presente decisão não alcança os atos que tenham sido praticados nesse período ou mais, por força do art. 54 da Lei Federal n.º 9784, de 29 de janeiro de 1999, aplicável no âmbito do Distrito Federal por força da Lei n.º 2834, de 07 de dezembro de 2001.

É notório que, no Processo n.º 497/02, o Tribunal decidiu pela inaplicabilidade do disposto no art. 54 da Lei n.º 9.784/99, quando obstativo ao controle externo, segundo argumentado.

No entanto, talvez possa o Conselho evoluir em seu entendimento, trazendo maiores benefícios ao exercício do controle externo, sustentado com os poucos recursos públicos desse ente federativo, bem como efetivar a vontade política do povo, materializada no dispositivo legal em comento, cuja negativa em aplicá-lo, certamente, também trará insegurança jurídica.

Entendo que não deve o Tribunal de Contas, após mais de 15 (quinze) anos, querer alterar uma situação jurídica consolidada pelo longo decurso de tempo.

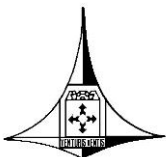
Logo, passo a acrescentar os seguinte tópicos.

1) Os prazos para o TCDF examinar os atos sujeitos a registro sob a diretiva do Princípio da Eficiência

Nesse particular, os prazos afetos aos processos de aposentadoria, reforma e pensão estão delimitados na Resolução n.º 101, de 15 de julho de 1998, os quais são de 60 dias para a Administração, após a publicação, remeter ao Controle Interno² e, outros 60 dias, para este enviar ao TCDF³; logo, os 56 (cinquenta e seis) meses restantes mostram-se, *ceteris paribus*, sobejamente suficientes a que se proceda proficiente exame de regularidade.

² **Art. 2º** A autoridade administrativa responsável pela edição dos atos relativos às concessões e revisões mencionadas no artigo anterior deve remeter o processo ao órgão de controle interno do respectivo Poder, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação dos atos em órgão oficial de imprensa.

³ **Art. 3º** O órgão de controle interno verificará a exatidão e suficiência dos dados constantes dos processos, encaminhando-os à apreciação do Tribunal no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento, acompanhados de parecer quanto à legalidade dos atos ou de proposta de diligência.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Conselheiro Jacoby Fernandes**

TCDF
Fls.: 225
Proc. 13/1989
Rubrica: *JFernandes*

Aliás, o adágio jurídico *dormientibus non succurrit jus* que permeia a essência dos institutos da decadência e da prescrição, os quais têm por fim a estabilidade das relações jurídicas, deve ser lembrado, como regra em nosso ordenamento, porquanto, no peculiar labor do controle externo, traz a triste constatação de que não socorreu o interesse público.

Assim, há delimitação temporal para a remessa dos autos à Corte; por conseguinte, deve ser cumprida sob o manto do *poder-dever* de imputar sanções com vistas ao cumprimento da função pública prevista na Carta Magna, senão; ao contrário, estará esta Casa consubstanciando o que reiteradas vezes afirmo em Plenário, a dizer, "[...] a sistemática generosidade da Corte na concessão de prazo tem constituído ponto angular à desobediência de normas que edita e contribuído de forma expressiva para o desacato das deliberações plenárias."⁴

É o que determina o princípio da eficiência, cujo paradigma em sua aplicação deve ser a própria Corte de Contas, porquanto é fiscal de sua observância; por conseguinte, a ausência de ação inclinada em zelar pela sua efetivação tem duplo aspecto, a dizer, *de per se*, a própria inobservância, no âmbito da eficácia do controle externo, o *mau-exemplo*.

2) Inovação da Lei n.º 9.784/99 - o efeito econômico do ato administrativo, preterindo a teoria do ato complexo

Outro aspecto fundamental resulta da dinâmica do processo cultural que é o Direito, diz respeito ao § 1º do art. 54 da Lei 9.784/99, no qual se abandona por completo a questão jurídica de formação do ato - complexo, composto ou singular -, para, partindo de seu efeito econômico, sem olvidar da estabilidade jurídica, privilegiar o agente hipossuficiente da relação, quando estabelece que o prazo decadencial contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

Nessa linha de entendimento, faz-se mister seja citado trecho de decisão⁵ do Ministro Gilmar Mendes, da Excelsa Corte, *ad referendum* da Segunda Turma, sobre o tema:

No âmbito da cautelar, a matéria evoca, inevitavelmente, o princípio da segurança jurídica.

A propósito do direito comparado, vale a pena trazer à colação clássico estudo de Almiro do Couto e Silva sobre a aplicação do aludido:

[...]

"É interessante seguir os passos dessa evolução. O ponto inicial da trajetória está na opinião amplamente divulgada na literatura jurídica de expressão alemã do início do século de que, embora inexistente, na órbita

⁴ *Exempli gratia* do voto deste Relator proferido no Processo n.º 2080/00.

⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Pet (MC) 2.900-RS. Relator: Ministro Gilmar Mendes. **Informativo STF n.º 310**. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2003.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Conselheiro Jacoby Fernandes

e-DOC 7167C8B5

TCDF
Fls.: 226
Proc. 13/1989
Rubrica: *JFernandes*

da Administração Pública, o princípio da res judicata, a faculdade que tem o Poder Público de anular seus próprios atos tem limite não apenas nos direitos subjetivos regularmente gerados, mas também no interesse em proteger a boa fé e a confiança (Treue und Glauben) dos administrados.

[...]

Esclarece OTTO BACHOF que nenhum outro tema despertou maior interesse do que este, nos anos 50 na doutrina e na jurisprudência, para concluir que o princípio da possibilidade de anulamento foi substituído pelo da impossibilidade de anulamento, em homenagem à boa fé e à segurança jurídica. Informa ainda que a prevalência do princípio da legalidade sobre o da proteção da confiança só se dá quando a vantagem é obtida pelo destinatário por meios ilícitos por ele utilizados, com culpa sua, ou resulta de procedimento que gera sua responsabilidade. Nesses casos não se pode falar em proteção à confiança do favorecido. (Verfassungsrecht, Verwaltungsrecht, Verfahrensrecht in der Rechtssprechung des Bundesverwaltungsgerichts, Tübingen 1966, 3. Auflage, vol. I, p. 257 e segs.; vol. II, 1967, p. 339 e segs.).

Embora do confronto entre os princípios da legalidade da Administração Pública e o da segurança jurídica resulte que, fora dos casos de dolo, culpa etc., o anulamento com eficácia ex tunc é sempre inaceitável e o com eficácia ex nunc é admitido quando predominante o interesse público no restabelecimento da ordem jurídica ferida, é absolutamente defeso o anulamento **quando se trate de atos administrativos que concedam prestações em dinheiro**, que se exauram de uma só vez ou que apresentem caráter duradouro, como os de índole social, subvenções, pensões ou proventos de aposentadoria."

[...]

Em verdade, a segurança jurídica, como subprincípio do Estado de Direito, assume valor ímpar no sistema jurídico, cabendo-lhe papel diferenciado na realização da própria idéia de justiça material.

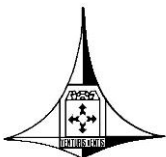
[...]

Portanto, **o termo a quo da decadência é o primeiro pagamento ex vi do § 1º do art. 54 da Lei n.º 9.784/99.**

Por conseguinte, *data venia*, não há óbice ao controle externo, consoante decidido nos autos de n.º 497/02, basta celeridade consoante concorre argumento retrocitado no tópico que denominei *Os prazos para o TCDF examinar os atos sujeitos a registro sob a diretiva do Princípio da Eficiência*.

Ademais, a organicidade que norteia o Direito, no tocante ao trato do elemento tempo, é inibidora de hermenêuticas que possibilitem a alteração *ad eternum* de situações consolidadas, neste caso, exceto as constituídas pela má-fé; ao contrário, é propiciar não seja efetiva a prestação da tutela judicial, no tocante ao Poder Judiciário, e criadora de insegurança jurídica, no âmbito das Cortes de Contas.

A assertiva precedente é mais grave se verificada no Controle Externo, porque possivelmente afronte o princípio do custo benefício, mormente, efetivando, nas palavras do Ministro Victor Freire, do Tribunal de Contas da União, "[...] o controle do tostão turvando e obviando o controle do milhão" e ferindo de



**Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Conselheiro Jacoby Fernandes**

TCDF
Fls.: 227
Proc. 13/1989
Rubrica: JFernandes

morte a constatação do Senador Romero Jucá⁶ de que para cada real investido em controle o país obtém potencialmente o retorno de R\$ 4,50.

Com o norte dos motivos retrotranscritos, passo a analisar o caso concreto.

Tenho por decaído o direito desta Corte de Contas de determinar qualquer medida que venha a afetar o ato administrativo complexo em exame noutros moldes senão aquele deferido pela Administração, porquanto operou-se a decadência da jurisdicionada revê-lo, vez que defesa em lei *ex vi* do disposto no *caput* e § 1º do art. 54 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aplicável no Distrito Federal por força da Lei n.º 2.834, de 07 de dezembro de 2001, segundo o qual não lhe pode mais dizer do direito atinente à sua regularidade.

3) *A necessária harmonia do Controle Externo às tendências jurisprudenciais proativas do Poder Judiciário, mormente quando passíveis de revisão*

Outro aspecto é o possível produto inócuo do controle externo quando trabalha dissonante da jurisprudência proativa das Cortes de Justiça, refletoras da volatilidade do processo cultural que as influencia e *feedback* necessário às alterações do ordenamento jurídico, quando do exercício de sua função administrativa de examinar atos, porquanto, sob o aspecto da ilegalidade, poderão ser revistos pelo Poder Judiciário.⁷

Exemplos dessa assertiva precedente são, dentre outros, os seguintes julgados:

DIREITO ADMINISTRATIVO - PROFESSORA DA FEDF - ORIENTADORA EDUCACIONAL - APOSENTADORIA. A LEI NÚMERO 66/89, ART. 24, II, NÃO DISTINGUE ENTRE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO E TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS. A SEU TURNO, O ART. 40, III, B, DA CF NÃO FAZ QUALQUER DISTINÇÃO ENTRE PROFESSOR (A) E TÉCNICO (A) EM EDUCAÇÃO, PARA O FIM NELE PREVISTO, QUE É A APOSENTADORIA, NÃO CABENDO AO ADMINISTRADOR FAZÊ-LA.⁸

⁶ JUCÁ, Romero. **Jucá destaca a ação do TCU no controle externo**. Jornal do Senado, Brasília, DF, ano VIII, nº 1.607, p.8, terça-feira, 26 de novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.jacoby.pro.br/tc/materias/senador.html>>. Acesso em: 24 set. 2003.

⁷ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Limites à revisibilidade judicial das decisões dos Tribunais de Contas**. Disponível em: <<http://www.jacoby.pro.br/artigos/jujf27.html>>. Acesso em: 17 set. 2003.

⁸ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Apelação Cível 30518/93-DF. Relator: Desembargador Júlio de Oliveira. **Diário da Justiça**. 03 maio 1995. Disponível em: <<http://www.tjdf.gov.br/jurisprudencia/framejuris.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2004.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Conselheiro Jacoby Fernandes**

e-DOC 7167C8B5

TCDF
Fls.: 228
Proc. 13/1989
Rubrica: JFernandes

DIREITO CONSTITUCIONAL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROFESSORA QUE É ELEVADA AO CARGO DE "TÉCNICO DE EDUCAÇÃO" (ORIENTADORA EDUCACIONAL) - APOSENTADORIA AOS 25 ANOS DE SERVIÇO (ART. 40, II, B, CF) - O ART. 24 DA LEI 66/89 (REDAÇÃO DA LEI 108/90) CONSIDERA DE EFETIVO EXERCÍCIO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO ATIVIDADE ESPECÍFICAS DA LICENCIATURA NA QUALIDADE DE ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO OU TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (INC. II) - A CONSTITUIÇÃO ASSEGURA A APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA AO SERVIDOR NO "EFETIVO" EXERCÍCIO EM FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO" - ESTE O MOTIVO DETERMINANTE - AS EXPRESSÕES "SE PROFESSOR", OU "SE PROFESSORA" DISTINGUEM MERAMENTE O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO POR HOMEM OU MULHER - A PROFESSORA ELEVADA AO CARGO DE ORIENTADORA EDUCACIONAL (TÉCNICO DE EDUCAÇÃO), PERMANECE NO "EFETIVO EXERCÍCIO EM FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO", COMO DEFINIDAS EM LEI - DIREITO À APOSENTAÇÃO AOS VINTE E CINCO (25) ANOS DE SERVIÇOS - APELAÇÃO DESPROVIDA - SENTENÇA CONFIRMADA.⁹

No primeiro precedente, o Relator, Desembargador Júlio de Oliveira, exarou em seu voto a seguinte consideração:

[...]

Aliás, o art. 24, II, da Lei nº 66/89, é claro quando diz:

"Para os efeitos desta Lei considera-se efetivo exercício prestado ao Magistério do Distrito Federal o desempenho, na Secretaria e na Fundação Educacional do Distrito Federal, de:

I – omissis;

II – atividades específicas da respectiva licenciatura na qualidade de especialista de educação ou técnico em assuntos educacionais" (o original não está grifado).

Ora, se a supramencionada lei distrital equipara os professores aos técnicos em assuntos educacionais (caso ora sob exame), é imune a qualquer dúvida, o direito da autora-recorrida à aposentação aos 25 anos de serviço.

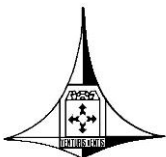
[...]

4) A harmonização dos Princípios da Segurança Jurídica e da Legalidade

A doutrina e a jurisprudência colocam o fator tempo como elemento ponderador dos pesos entre os princípios da legalidade e da segurança jurídica, sendo que esta ganha força com o passar do tempo.

Desse modo, em algum momento, ocorre que o princípio da legalidade deve dar lugar, ainda que parcialmente, ao da segurança jurídica. Assim

⁹ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Apelação Cível 28416/92-DF. Relator: Desembargador Campos Amaral. **Diário da Justiça**. 14 abril 1993. Disponível em: < <http://www.tjdf.gov.br/jurisprudencia/framejuris.htm> >. Acesso em: 18 fev. 2004.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Conselheiro Jacoby Fernandes

TCDF
 Fls.: 229
 Proc. 13/1989
 Rubrica: JFernandes

exarou em seu voto¹⁰, no Plenário do TCU, o Ministro Substituto Marcos Bemquerer, com o qual, rendendo as homenagens de estilo, discordo tão-somente no tocante a "ceder lugar", porquanto não cede, melhor, harmoniza-se¹¹, porque o princípio da legalidade impõe seja aplicada a lei, a qual prevê a decadência do direito de rever o ato, que é a positivação do princípio da segurança jurídica.

5) Precedentes desta Corte

Outro ponto importante é que, recentemente, em agosto p.p., o Plenário da Corte, no Processo n.º 6765/96¹² julgou ilegal a transposição ocorrida em 1994, porém tolerou seus efeitos a fim de manter a situação jurídica e social já consolidada.

Do mesmo modo, no Processo n.º 6396/95¹³, julgado na Sessão Ordinária de 21 de agosto de 2003, o Conselho reviu a Decisão n.º 10.531/98 que determinava a anulação de provimentos derivados de empregos, no âmbito da Companhia Energética de Brasília – CEB, decidindo que somente deverão ser anulados os atos ocorridos após a data daquela deliberação recorrida, ou seja, 08/12/1998, tolerando os atos irregulares anteriores em face da relação jurídica de cunho social já estabelecida.

Com esteio na Teoria do Fato Consumado, esta Corte, nos autos do Processo n.º 494/94¹⁴, decidiu registrar admissões para o cargo de Delegado de Polícia, oriundas do Decreto de 13 de agosto de 1999 e do Concurso Público regulado pelo Edital Normativo n.º 19/94, publicado no Diário Oficial do DF de 01 de fevereiro de 1994.

A Teoria do Fato Consumado não abarca somente situações estabelecidas por considerável lapso temporal, mas, também, ocasiões onde ocorre a insegurança e quando há confronto com os interesses público e social.

¹⁰ BRASIL. Tribunal de Contas da União. Processo n.º 000.145/2002-4. Natureza: Prestação de Contas. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer. Ata n.º 34-2003. Plenário. Acórdão n.º 1281/2003. **Diário Oficial da União**. 15 set. 2003.

¹¹ Cf. a Teoria do Ordenamento Jurídico de Norberto Bobbio.

¹² DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas do Distrito Federal. Processo n.º 6765/96. Aposentadoria. Relator: Conselheiro Ávila e Silva. Julgado na Sessão Ordinária n.º 3771, de 14 ago. 2003. Publicado no DODF de 27 ago. 2003, p. 47-62.

¹³ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas do Distrito Federal. Processo n.º 6396/95. Auditoria Programada. Relator: Conselheiro Ávila e Silva. Julgado na Sessão Ordinária n.º 3773 de 21 de agosto de 2003.

¹⁴ DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas do Distrito Federal. Processo n.º 494/94. Decisão n.º 5450/2003. Relator: Conselheiro Renato Rainha. Sessão Ordinária n.º 3788, de 14 out 2003. Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 28 out. 2003, p. 27. Disponível em: <<http://www.tc.df.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2004.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Conselheiro Jacoby Fernandes

TCDF
Fls.: 230
Proc. 13/1989
Rubrica: *JFernandes*

É o caso sob exame, onde foi deferida a aposentadoria à servidora há mais de 15 anos.

Ante o quadro delineado, com fundamento nos Princípios da Eficiência e da Segurança Jurídica, na Teoria do Fato Consumado, nos precedentes do Poder Judiciário, na Decadência do direito de rever o ato *ex vi* do disposto no *caput* e § 1º do art. 54 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no que foi decidido nos Processos n.ºs 6396/95, 6765/96 e 494/94, dada a situação já consolidada e o decurso de prazo, VOTO por que o egrégio Plenário considere legal, para fim de registro, a presente aposentadoria.

Sala das Sessões, em de de 2004.

JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES
Conselheiro-Relator